

# ECONOMIA VERDE E COMMODITIZAÇÃO DA VIDA

Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A Economia Verde é uma grande estratégia que vem sendo construída pelo capital como saída para a crise (financeira, energética, de alimentação e climática na qual o mundo se encontra). Desde 2007, quando ocorreu a reunião do G8 +5 países emergentes, na Alemanha, se encomendou um estudo sobre *"a importância econômica da perda global da diversidade biológica"*. Esse estudo ficou sob a responsabilidade do Programa Ambiental das Nações Unidas – PNUMA, sendo que durante esses anos foram produzidos vários relatórios que lançaram a chamada Economia dos Ecossistemas e sua Biodiversidade (com a sigla em inglês: TEEB)<sup>2</sup>.

Além disso, uma série de outros documentos buscou elaborar uma base conceitual, ainda não definida e polêmica, para a economia verde. Em fevereiro de 2009, o PNUMA, lançou um conjunto de propostas políticas visando combater o aquecimento global e a crise financeira com o título *"A Global Green New Deal"*<sup>3</sup>, inspirado no programa social e econômico que foi lançado pelo Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, durante a depressão de 1929.

Em junho de 2009, ministros de 34 países assinaram a *"Declaração sobre Crescimento Verde"*<sup>4</sup>. Nessa declaração eles atestam que: *"a recuperação econômica e ambientalmente e socialmente sustentável de crescimento econômico são os principais desafios que todos os países estão enfrentando hoje"*. Para eles não existe incompatibilidade entre o verde e o crescimento. Esses ministros solicitaram que a OCDE<sup>5</sup> (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) criasse uma estratégia para o crescimento verde. Essa estratégia foi publicada no documento, *"A Caminho do Crescimento Verde"*<sup>6</sup>, lançado em maio de 2011. Ainda no mês de Dezembro de 2009, o UNDESA (Departamento de

---

<sup>1</sup> - Integrante da AFES – Associação Franciscana de Ecologia e Solidariedade

<sup>2</sup><http://www.teebweb.org/>

<sup>3</sup><http://pt.scribd.com/doc/17305876/A-Global-Green-New-Deal-UNEP-Final-Report-February-2009>

<sup>4</sup><http://www.oecd.org/dataoecd/58/34/44077822.pdf>

<sup>5</sup>A OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional de 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, com sede em Paris.

<sup>6</sup><http://www.oecd.org/dataoecd/37/34/48224539.pdf><http://www.oecd.org/dataoecd/61/32/48536946.pdf> (sumário em português).

Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) lançou uma nota técnica com o título “*A Global Green New Deal” for Climate, Energy, and Development*”<sup>7</sup> (*Novo Acordo Global Verde para o Clima, Energia e Desenvolvimento*).

Em 2010, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, cuja sigla em inglês é WBCSD, publicou um relatório chamado “Visão 2050 - uma nova agenda para os negócios”<sup>8</sup>, que foi assinado por 29 grandes corporações que fazem parte deste organismo internacional. A Visão 2050 foi proposta como uma ferramenta para a formulação de políticas públicas e tomada de decisões para os próximos 40 anos.

Em 2011, o PNUMA lançou um novo relatório denominado de “Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza”, que traça um caminho de crescimento econômico até 2050, sendo documento base do que esse organismo pretendia discutir na Rio +20. Esse relatório “*está entre as contribuições-chave do PNUMA ao processo Rio+20 e ao objetivo geral de luta contra a pobreza e promoção de um século XXI sustentável*”<sup>9</sup>. Nesse relatório o PNUMA define a economia verde “*como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica*”<sup>10</sup>. No entanto, algumas linhas adiante, a definição propõe algumas medidas dentro do mesmo paradigma de dominação e exploração da natureza que está em curso: “*O caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir capital natural como um bem econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, principalmente para a população carente cujo sustento e segurança dependem da natureza*”<sup>11</sup>. Assim, a natureza continua a ser vista como um bem econômico.

Durante todo esse período de lançamento desses documentos, observa-se que o PNUMA se aproximou cada vez mais do mundo empresarial, das grandes corporações e de seus interesses, com parcerias e realização de vários eventos. Fica claro que todos esses documentos têm em comum é a busca de uma estratégia de novas políticas econômicas, de investimentos, de incentivos e de inovações tecnológicas conjugadas com políticas ambientais, para que a economia se recupere e novos empregos sejam criados visando manter o crescimento e a acumulação de capital.

<sup>7</sup>[http://www.un.org/esa/dsd/resources/res\\_pdfs/publications/sdt\\_cc/cc\\_global\\_green\\_new\\_deal.pdf](http://www.un.org/esa/dsd/resources/res_pdfs/publications/sdt_cc/cc_global_green_new_deal.pdf)

<sup>8</sup>[http://www.wbcsd.org/DocRoot/r62qLFi6d7uv4GCCu8sw/Vision\\_2050\\_FullReport\\_040210.pdf](http://www.wbcsd.org/DocRoot/r62qLFi6d7uv4GCCu8sw/Vision_2050_FullReport_040210.pdf)

Vision 2050 – a new agenda for business

<sup>9</sup>[http://www.unep.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis\\_PT\\_-\\_online\\_version.pdf](http://www.unep.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_-_online_version.pdf)

<sup>10</sup>[http://www.unep.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis\\_PT\\_-\\_online\\_version.pdf](http://www.unep.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_-_online_version.pdf)

pag.01 02

<sup>11</sup> Idem

O PNUMA, através do “*Global Green New Deal*”, sugere que para a recuperação econômica mundial é necessária uma combinação de ações políticas que enfrentem as “*ameaças imediatas colocadas pelas alterações climáticas, a insegurança energética, a crescente escassez de água doce, a deterioração dos ecossistemas e, sobretudo, o agravamento da pobreza mundial*”. O caminho é a redução da dependência de carbono, a proteção dos ecossistemas e dos recursos hídricos e a redução da pobreza.

Desta forma, nota-se que buscar aliar o verde ao crescimento e à economia não é uma novidade. Na verdade, o capitalismo já vem buscando se “ecologizar” desde a Conferência Rio 1992. Naquele evento o capital adjetivou de sustentável o desenvolvimento para poder continuar se reproduzindo. Destinou aos mercados as chamadas certificações verdes e criou a responsabilidade socioambiental, como instrumento de marketing.

## 1 - CRÍTICAS À ECONOMIA VERDE

Para criticar essas ideias de economia verde, utilizarei de uma citação do romance Grande Sertão: Veredas - de Guimarães Rosa. “*O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo Jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá - fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.*”

Um primeiro aspecto que a economia verde ignora, e que de forma ilustrativa pode-se encontrar nesta citação de Grande Sertão Veredas, é que as unidades naturais da paisagem nas quais se aplicam os conceitos de Ecologia para a conservação e manejo, são uma construção social, econômica e cultural, que vai além de sua dimensão biótica. Se considerarmos a atividade humana da agricultura familiar<sup>12</sup>, por exemplo, a convivência do ser humano com a

---

<sup>12</sup>A agricultura familiar exerce um papel central na sustentabilidade da vida no Brasil. Ela corresponde a 10 % do PIB brasileiro, além de contribuir para a geração de emprego, respeito o meio ambiente, além de gerar trabalho e renda, ela é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. A maior parte do número de ocupações na agricultura encontra-se na agricultura familiar: 74,4% do total de ocupações. Isso corresponde a

natureza é vital. Essa convivência levou ao desenvolvimento de sistemas para a realização da atividade agrícola, como por exemplo, o sistema de preparo do solo para o plantio, como o de roça de toco, ou o sistema de plantio propriamente dito, consorciado onde o milho, o feijão e a abóbora, cumprem funções diferenciadas.

O agricultor familiar nessa convivência com a natureza está acostumado a viver com restrições ambientais em relação à sua atividade agrícola. A agricultura familiar praticada no bioma do Cerrado, por exemplo, convive com duas grandes modificações sucessivas que ocorrem na paisagem. Isso porque o bioma do Cerrado está condicionado a duas estações climáticas bem definidas, invernos secos e verões chuvosos. A prática agrícola familiar, em geral, busca se estabelecer no meio natural através de sistemas de convivência com a natureza que promovam uma exploração mais adaptada possível. Em termos de sobrevivência, a agricultura familiar tende a buscar a diversidade e a adaptação, possibilitando a criação de sistemas sustentáveis de vida.

Por outro lado, podemos considerar outra perspectiva de fazer agricultura: a de negócio de mercado. O agronegócio estabelece outra construção social e cultural, em relação à biota. Diferente da agricultura familiar, o agronegócio não estabelece um sistema de convivência com a natureza. O que seria, por exemplo, o Cerrado, na perspectiva do agronegócio? Fui buscar uma resposta emblemática, lá no início da chamada modernização da agricultura no Cerrado. Quando da implantação de programas de revolução verde, nesse ecossistema, o então Ministro do Planejamento, Reis Veloso, do governo Geisel, no período da ditadura militar, ao pronunciar-se sobre o POLOCENTRO, definiu a ideia de cerrados, que acabou se impondo: *"...o cerrado não gosta de agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil"*<sup>13</sup>.

---

um total de 12,3 milhões de pessoas ocupadas. Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares. Enquanto na agricultura não familiar temos somente 4,2 milhões de pessoas ocupadas, empregando 1,7 pessoas a cada 100 hectares. Em 2006, conforme o Censo do IBGE, estava ocupado nas atividades da agricultura familiar um número 2 vezes superior aos da ocupação do setor da construção civil. Em 2006, era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%).

<sup>13</sup>CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - Pastoral da Terra - 2: posse e conflitos (Estudos da CNBB, 13), São Paulo, Ed. Paulinas, 1976, pág. 132.

Assim fica claro que é necessário desvendar sob qual construção social, econômica e cultural estamos aplicando os conceitos de Ecologia para a conservação e manejo da natureza. A relação do ser humano com a natureza externa a ele é sempre mediada por relações sociais. Uma coisa é considerar a atividade agrícola somente como um pacote econômico e tecnológico de insumo – produto – mercado. Outra coisa é considerar a agricultura antes de tudo como uma base de vida e de organização social em um determinado contexto ambiental. A dinâmica social e cultural e a forma de ocupação do território estão no cerne da sustentabilidade.

Deste modo, a utilização e a gestão eficiente dos recursos naturais, como prega a economia verde, mantém as relações sociais, econômicas e culturais inerentes ao capitalismo. Suas proposições querem nos fazer acreditar que a apropriação da natureza como capital aliada a uma simples vontade e responsabilidade ambiental do mercado automaticamente promoveria um crescimento econômico estável – a tal sustentabilidade ambiental - e realizaria a melhoria dos padrões de vida de todos. A economia verde propõe que tudo isso seria obtido graças à mudança tecnológica, que estaria a serviço da expansão do mercado.

No caso da agricultura, que é o exemplo que estamos utilizando, a sustentabilidade está ligada às questões do campesinato, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, que há muito estabeleceram sistemas de vida e convivência com a natureza. A agricultura tem a ver também com a reforma agrária, a soberania alimentar, a agroecologia e a economia solidária. Por sua vez a sustentabilidade na agricultura tem a ver com a defesa da vida e dos bens comuns, com a afirmação de direitos ameaçados, como o direito à terra e ao território, o direito à cidade, os direitos da natureza e das futuras gerações com o livre acesso às sementes, com a distribuição de renda, etc. Isto porque a terra e o território são ao mesmo tempo espaço físico, meio ambiente, ecologia, mas também espaço social, cultural, histórico e religioso. Por isso se fala hoje em justiça ambiental de forma mais ampla, não podendo separá-la da justiça social.

Neste sentido, a economia verde não aponta para uma nova relação entre as culturas humanas e a natureza. Essa economia não questiona e não supera os paradigmas da chamada era moderna: produção/consumo, desenvolvimento/crescimento, propriedade/lucro/acumulação.

Outro aspecto que a “economia verde” não questiona é a visão utilitarista da natureza. Considera a natureza como um bem econômico gerador de mais capital, ou seja, como capital natural.

Consideramos até aqui que a nossa relação de seres humanos com a natureza externa a nós é permeada pelas relações sociais. Vimos que os territórios, além de serem espaços físicos e bióticos, são também construções sociais e culturais. Refletimos que os conceitos de “economia verde” desenvolvidos nos documentos desconsideram uma crítica mais profunda capaz de superar as relações sociais e culturais que estão na base da degradação ambiental e das crises em curso atualmente. O modelo hegemônico de sociedade capitalista não é colocado em xeque, mas sim reconicionado agora com a terminologia “de verde”, apenas com o intuito de manter seus valores e princípios. Isso fica mais claro quando os conceitos e propostas da economia verde trabalham a questão das interações que ocorrem dentro dos ecossistemas. Para a economia verde a apropriação da dinâmica da vida como ativo econômico é a solução para as crises.

Para entendermos melhor esses aspectos ressaltamos que na natureza tudo se relaciona, ou seja, todas as formas de vida e de matéria do planeta estão em relação. Numa floresta, por exemplo, as árvores produzem seu próprio alimento através da fotossíntese. Elas sintetizam sua biomassa através de elementos inorgânicos dissolvidos, de dióxido de carbono e da captação de energia solar. Usam a energia da luz do sol, a água, o solo, sais minerais e o gás carbônico, produzindo então a seiva que faz crescer a planta e aumenta sua matéria viva. A planta libera algumas substâncias, como o oxigênio, que é muito importante para a vida. Mas a planta também morre, em parte ou totalmente, no fim de sua vida. Os animais, por sua vez, consomem essa matéria orgânica criando a base de uma cadeia alimentar. O oxigênio e a massa, seja aquela parte viva ou morta das plantas, são úteis para outros seres vivos, e geram, em última instância, condições para se gerar mais vida.

Assim, nesta descrição simples e bastante resumida, verifica-se que uma floresta natural, para manter sua existência, depende de um ciclo biogeoquímico. Um ciclo que processa energia e regenera nutrientes, através dos organismos vivos e do ambiente físico no qual os organismos vivos interagem. A floresta se expande sem empobrecer o meio ambiente onde está localizada, sendo que ela nunca produz uma super quantidade de resíduos que não possam ser absorvido pelo ambiente, isto porque o próprio ambiente a impede.

Aqui emerge uma crítica mais profunda, uma vez que a Economia Verde considera que os ciclos naturais que permitem a vida, como esse que acabamos de descrever, seriam serviços que a natureza presta, dos quais os seres humanos se servem para sua sobrevivência e bem-estar. Esses serviços, segundo a ideia da economia verde, deveriam ser revestidos de um valor econômico como forma de se garantir um adequado gerenciamento da sustentabilidade. Neste caso, nota-se que já não basta mais a mercantilização da parte material da natureza, mas

se quer a mercantilização dos processos e funções da natureza, via comércio de serviços dos ecossistemas.

Na prática, observa-se que nas teses da economia verde o capital quer se apossar das interações que ocorrem dentro dos próprios ecossistemas. Isto porque definem que os complexos sistemas e ciclos naturais formados pela interrelação dos organismos vivos (plantas, animais, microorganismos) com os organismos não vivos (água, ar, solo, vento) sejam considerados como um ativo econômico. O resultado final é o capital se apropriando da dinâmica da própria vida, ao transformá-la em mercadoria.

Neste sentido, a economia verde é um dos resultados da chamada “economia dos ecossistemas e sua biodiversidade”, que desenvolveu a ideia de que as sociedades, o bem-estar da humanidade e as atividades econômicas dependem dos serviços ambientais, que derivam do funcionamento dos ecossistemas. Os economistas verdes propõem então que para preservar os ecossistemas é necessário valorar o fluxo desses serviços. A natureza então passa a ser vista como capital natural, enquanto que os ecossistemas passam a ser vistos como estoques de capital natural, cujo valor é definido pelos fluxos de renda futura, que no caso são os serviços ambientais (ecossistêmicos). O valor de todo estoque de capital é dado pelo valor presente dos fluxos de renda futura por ele gerado.

A valoração econômica é trabalhada, principalmente, com preços de mercado, mesmo que se busque associá-la às dimensões ecológica e social. Aqui fica mais claro o que se pretende com a economia verde, ou seja, a apropriação pelo capital da dinâmica da vida. Ou em outros termos, uma nova formação de acumulação de capital.

## **2 - A ECONOMIA VERDE É MAIS QUE O “ESVERDEAMENTO DO CAPITALISMO”**

Os fatos anteriormente tratados exigem um aprofundamento de nossa reflexão. O ser humano diferente de outros seres vivos, pode ir além dos limites de equilíbrio da natureza e dos ciclos naturais. A agricultura, só para continuarmos no nosso exemplo anterior, através dos chamados pacotes tecnológicos, da indústria química, da bioengenharia, dos transgênicos e de outras técnicas como as de produção artificial de fertilidade do solo, rompe com equilíbrios e limites naturais, pulando etapas dos ciclos naturais. O que possibilita esses saltos ou não, é a forma como as forças de mercado impõem o uso do conhecimento técnico e científico. Neste caso, além da luta pelas correlações de forças e de projetos de sociedade, adentra-se em uma discussão do campo ético e moral.

Em primeira instância, isso significa dizer que o problema não está em produzir, mas sim no modo de produção. Nossa civilização atual se baseia hegemonicamente no sistema capitalista, o qual rompeu com os ciclos naturais, não se deixando limitar pelo equilíbrio ambiental. O capitalismo é um sistema econômico, social e político baseado na propriedade privada, que se apropria de tudo na natureza, como um meio para produzir e distribuir bens de consumo e serviços visando obter lucro e acumular mais capital.

Assim, a Mãe Terra é para o capitalismo uma fonte de matérias-primas e os seres humanos força de produção e consumo, que valem pela sua utilidade e não pelo que são. A natureza é, portanto, uma mercadoria. O capitalismo explora a natureza como recurso, produzindo bens para perpetuar o consumismo e o materialismo. Esses bens produzidos precisam ser permanentemente desvalorizados e descartados para poder continuar a se produzir novos bens para na etapa seguinte substituí-los novamente, aumentando, assim, o consumo e a produção. Para tanto, criam-se novas demandas por matérias-primas extraídas da natureza.

Não contente em extrair a riqueza de recursos do planeta, o capital busca mercantilizar a própria natureza, para ampliar os lucros. Assim, nossos territórios, como terras, montanhas, rios, desertos, água, animais e florestas, até o nosso próprio corpo, tudo vira mercadoria, tudo se transforma em produto para o mercado. O modo de produção capitalista se alimenta do mundo natural, necessário para ele em escala cada vez maior e, portanto, mais mercantilizado.

O aumento da escala da produção, circulação e comercialização de bens causa impactos enormes, tanto no trabalho como na natureza. Para sobreviver às suas crises, o modo de produção capitalista impõe aos trabalhadores uma maior exploração, como a redução e flexibilização de direitos, demissões e migração. Já os impactos na natureza estão relacionados à poluição, ao desmatamento, à interrupção dos ciclos da vida em territórios, às mudanças climáticas, ao empobrecimento, à superprodução de resíduos, etc.

O capitalismo, sistema hegemônico no mundo tanto em sua forma clássica ou renovada, não é apenas um sistema econômico e político. Trata-se de um sistema de valores que são assumidos no dia a dia. Podemos dizer de uma forma mais simples, que nós vestimos, comemos, sonhamos, enfim vivemos “valores” do capitalismo. Por isso a sustentabilidade não pode estar simplesmente ligada a questões do campo da economia e do desenvolvimento. Não basta dizer que se quer verde a economia, apresentando como solução, para nossas crises, novas tecnologias e mercados para que continue o nosso processo de apropriação da natureza e de desenvolvimento. É necessário questionar e buscar novos paradigmas para nosso viver, questionar nossos hábitos de vida, o nosso cotidiano, as nossas

maneiras de nos relacionarmos com os outros em nossas sociedades e com a natureza da qual fazemos parte.

É nesta perspectiva que se fala hoje sobre a importância de se buscar novas lógicas sociais e culturais, resgatar conhecimentos e práticas das comunidades tradicionais e dos povos indígenas. A busca do “comum” (“commons”, como se diz em inglês) a partir do fortalecimento dos atores sociais em suas ações e reflexões é um tema cada vez mais discutido na busca de novos paradigmas. O comum sendo vivido como uma nova forma de regulação, que parta das comunidades e que possa abranger a sociedade como um todo. O comum estabelece uma ética diferente, que supera a ética do direito individual e aponta para sistemas sociais, instituições e ambientes que se articulam de forma a beneficiar a todas as pessoas e a natureza. O comum visto como um bem, mas não um bem no sentido de valor econômico. Esse bem comum que não é só da humanidade, mas da natureza, da Mãe Terra.

A crise ecológica é uma realidade. Todos os dias somos bombardeados pelos meios de comunicação, que querem nos convencer de que somos nós, a humanidade, os responsáveis por essa crise, que ameaça a nossa própria sobrevivência. Mas será isso verdade?

O que esses meios não revelam é que não somos todos nós os responsáveis e culpados pela degradação ambiental. Mas sim uma pequena parte da humanidade. Uma minoria de cerca de 20% da humanidade que consome cerca de 80% desses recursos, produzindo ao mesmo tempo cerca de 80% da poluição e da degradação ambiental que ameaçam a vida no conjunto do planeta. Se os 7 bilhões de habitantes do planeta consumissem o mesmo que os países desenvolvidos do Ocidente, faltariam muitos planetas para satisfazerem todas as suas necessidades. Portanto, a responsabilidade pela destruição não é igual para todos. Não é igual o poder de destruir e muito menos o acesso aos chamados recursos do planeta. É uma minoria que superexplora a natureza e a mão-de-obra dos trabalhadores para acumular lucros.

Desde a Rio92 temos presenciado o crescimento da influência das grandes corporações e empresas transnacionais e de seus lobistas junto ao sistema das Nações Unidas. Essa influência se sobrepõe às posições dos estados nas negociações multilaterais e acabam por dominar os espaços de discussões dos organismos das Nações Unidas. Assim, uma série de instrumentos financeiros está sendo criada. Esses instrumentos visam reforçar as necessidades do mercado, como os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, os REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), os TEEB (Economias dos Ecossistemas e Biodiversidade).

Nesta lógica, a economia verde é mais do que o “esverdeamento” do capitalismo, mas sim a proposta de um novo paradigma: o de assumir a dinâmica da própria vida como ativo

financeiro. O mercado de carbono, através das REDD, cria novos títulos de propriedade, títulos estes relativos ao dióxido de carbono não emitido e títulos de propriedade relativos às áreas de florestas imobilizadas. Criam-se, assim, novas propriedades, novos títulos e novas mercadorias, tendo como lastro o capital que se baseia na natureza. Temos aí então uma nova forma de acumulação do capital.

Essas novas propriedades se sobrepõem, por exemplo, à propriedade da terra em um determinado território, gerando enormes consequências na questão agrária. Em uma mesma propriedade de terra, passam a existir várias propriedades sobrepostas. Abrem-se, ainda, perigosos caminhos que se justificam na função socioambiental da propriedade, a partir da especulação de novos ativos econômicos, os chamados serviços ecossistêmicos.

A cosmovisão dos povos tradicionais, bem como a cosmovisão das religiões e crenças nos convidam a perceber que a vida tem um valor relacional e de existência, e não apenas sentido econômico. A natureza à qual nós pertencemos e a dinâmica da vida não podem ser consideradas como ativos econômicos. A diversidade biológica e a diversidade social e cultural formam uma mega “sociocultubiodiversidade”, que não pode ser guiada pelo mercado financeiro e pelas corporações. A natureza tem direito aos ciclos da vida. A sustentabilidade é da vida e não da economia e dos mercados.